

O BRASIL E OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: os subsídios da política externa

Bárbara Schausteck de Almeida¹
Wanderley Marchi Júnior²

RESUMO

O contexto de realização de grandes e megaeventos esportivos no Brasil aponta para a necessidade de uma expansão sobre as áreas de estudo da política que poderiam subsidiar discussões e análises. Especificamente, entendemos que a Política Externa pode agregar conceitos e entendimentos à leitura dos megaeventos esportivos, quando consideramos seu caráter internacional. Assim, descrevemos o sistema internacional no século XXI para contextualizar a agenda de Política Externa brasileira no Governo Lula, realizando algumas relações entre essa agenda e a candidatura aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Isso nos abre possibilidades e interpretações para os estudos do envolvimento governamental nesses eventos.

Palavras-chave: Brasil; Esporte; Eventos; Política Externa.

-
- 1 Aluna de Pós-Graduação em Educação Física. Professora colaboradora no Departamento de Educação Física da UEL, Paraná, Brasil.
E-mail: barbara.edf@ufpr.br
 - 2 Doutor em Educação Física. Professor da UFPR nos Programas de Pós-Graduação em Educação Física e Sociologia, Curitiba/Paraná, Brasil.
E-mail: wmarchijr@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pauta do esporte como direito social foi instaurada no Brasil na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), regulamentada por leis de 1996 e subsequentes, e institucionalizada em um ministério único em 2003 (BRASIL, 2014). Desde então, alguns avanços foram observados quanto a regulamentação e convocação de participação da sociedade civil, que culminou em três conferências nacionais, e o financiamento de programas em esporte educacional, participação e de rendimento (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010). Nessas abordagens, os estudos de políticas públicas para o esporte estão presentes no campo científico, especialmente da área da Educação Física sob a forma de grupos de pesquisa e artigos científicos, mas é constante a percepção que aprofundamentos teóricos e refinamentos metodológicos ainda sejam necessários (STAREPRAVO, 2011).

Tais aprofundamentos parecem ser ainda mais imprescindíveis quando consideramos os contornos mais recentes que o esporte passa a ter no país, com destaque midiático e cobranças sociais sobre seus incentivos e financiamentos públicos. É o caso principalmente a partir de 2007, com a realização dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro e neste mesmo ano a eleição do país como cidade sede da Copa do Mundo FIFA em 2014 (FIFA, 2007). Em seguida, o país viu a candidatura da cidade do Rio de Janeiro ser bem sucedida na eleição para cidade sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2009). Desde então, as prioridades e a atenção – política, midiática, gerencial e, porque não dizer, acadêmica – tem um relevante direcionamento para esses eventos.

Analisar esses novos contornos demanda uma ampliação dos subsídios teóricos nos estudos em políticas públicas. Em especial, entendemos que o envolvimento do Brasil nos megaeventos esportivos é parte de um processo maior, de longo curso, pela busca em se destacar internacionalmente, ao mesmo tempo em que tendo bases econômicas e de sustentação política – ainda que questionáveis quanto ao *momentum* – para tais empreitadas.

O caráter internacional dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo FIFA, com os interesses de mídia e das audiências, torna esses eventos valiosas oportunidades para promoção local ou internacional de cidades e países (HORNE; MANZENREITER, 2006). Em repetidos momentos da história, a candidatura para os Jogos Olímpicos, por exemplo, se apresentou a partir de uma intenção ou confirmação de governos nacionais que buscavam demarcar sua presença e seu poder, tanto como uma liderança regional – são os casos de Tóquio 1964 (TAGSOLD, 2010), Cidade do México 1968 (BREWSTER; BREWSTER, 2009), Seul 1988 (SEH-JIK, 1991), Sidney 2000 (WAITT, 2003), Atenas 2004 (THEODORAKI, 2010) e Londres 2012 (LEE, 2006) – como também na promoção do sistema político local, como nos casos de Berlim 1936, Moscou 1980 e Pequim 2008 (LEEDS; MIRIKITANI; TANG, 2009; MANZENREITER, 2010). Sendo assim, entender o período histórico em que há um direcionamento dos interesses políticos para a promoção de megaeventos esportivos no Brasil, invariavelmente, passa um aprofundamento sobre o chamado sistema internacional e os principais fluxos que afetam a posição do Estado brasileiro na primeira década do século XXI.

Visando colaborar com a difusão de subsídios desse campo de conhecimento para a Educação Física e para os estudos de políticas no esporte que esse artigo se apresenta. Sendo assim, em sua primeira parte descrevemos o sistema internacional a partir de textos base e publicações científicas da literatura em Relações Internacionais, contextualizando algumas das posições que se apresentam atualmente e o cenário no qual o Brasil busca, similarmente como outros países, emergir como potência. Num segundo momento, o caso brasileiro se torna o foco, quando descrevemos a agenda da política externa brasileira durante o governo Lula (2003-2010), principalmente com base em publicações do Ministro das Relações Exteriores no período em questão. Posteriormente, incorporamos a candidatura do país aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 perante o Comitê Olímpico Internacional (COI) às estratégias para conquista desse destaque no sistema internacional. Para consecução deste último, utilizamos extratos dos discursos do então presidente e documentos oficiais que subsidiam as reflexões de nossa proposta, abrindo frentes de análise e explorando a possibilidade de interação do esporte com a política externa.

O sistema internacional no Século XXI

O sistema internacional pode ser entendido como todas as interações existentes globalmente entre Estados (fundamentado na existência de um território, da sua população e do governo), organizações internacionais (como a Organização das Nações Unidas – ONU, a Organização Mundial do Comércio-OMC, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, a União Europeia,

entre outras) e forças transnacionais (organizações não governamentais, companhias multinacionais ou transnacionais, grupos da sociedade civil e a opinião pública internacional) (PECEQUILLO, 2008a).

Ao pensarmos a posição do Estado brasileiro, precisamos considerá-lo como sujeito e ator de interações com as demais instituições que fazem parte do sistema internacional. Por exemplo, nas organizações internacionais que atuam em temas de interesse internacional, como segurança e comércio, são os Estados considerados superpotências que têm maior influência nas ações e decisões. Essa posição de liderança dos Estados é de difícil precisão e um tema de constante debate acadêmico e político. Se, por um lado, o poderio militar e econômico podem continuar sendo vistos como definidores de poder, em critérios semelhantes ao da bipolaridade entre União Soviética e Estados Unidos durante a Guerra Fria, por outro lado, existe uma tendência em valorizar outros aspectos que legitimam essas posições, tais como extensão geográfica de seu poder, capacidade de influência diplomática e autoridade moral (FLEMES, 2010; HURRELL, 2006).

Essas duas formas de acúmulo de poder foram conceituadas por Joseph Nye (2004) como *hard power* (“poder duro”) e *soft power* (“poder brando”), cuja terminologia tornou-se amplamente utilizada pela academia. Nesse contexto, poder é basicamente a força de um país para provocar influência em outros, para que eles ajam ou façam o que o primeiro deseja. Assim, as formas de influência podem ser através do *hard power* – da coerção e de indução ou pagamentos – ou do *soft power* – da atração. Embora a capacidade de conquista através do *hard power*, pelo poderio militar

e econômico, ainda seja uma estratégia comumente vista (pensemos nas intervenções militares em países como Iraque e Irã ou o embargo econômico à Cuba, liderados pelos Estados Unidos), as possibilidades de atração e sedução do *soft power* se mostram como uma estratégia a ser alcançada pelos países na conquista de poder. Mais especificamente, o *soft power* é gerado na combinação de como a cultura, as relações com outros países e as políticas internas são percebidas externamente (NYE, 2008).

Seguindo a linha de argumentação de Ernest Wilson (2008), podemos supor que a valorização pela academia do *soft power*, com a tentativa de sua aplicação política, passa a acontecer a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 e na forma como o governo de George W. Bush reagiu, militarmente, aos ataques. Naquele evento, podemos considerar que, apesar do *hard power* que o país possui, há um déficit de *soft power* – em especial uma crítica sobre a cultura e as relações com outros países – por grupos que cometeram os ataques terroristas. Na contraposição entre as políticas de Bush com a do presidente da China no período, Hu Jintao, o autor aponta que os chineses tiveram uma direção mais sofisticada e pacífica no uso do seu poder, exigindo uma resposta mais balanceada do governo estadunidense entre o *soft* e o *hard power* para conseguir manter sua posição dominante perante a ameaça do crescimento econômico chinês. Nessa nova conjuntura, na necessidade de um balanço entre as possibilidades de poder, utiliza-se o termo *smart power* (“poder inteligente”) na perspectiva de equilibrar as ações de política externa e promover uma posição de liderança para além das estratégias belicosas ou econômicas (WILSON, 2008), em que os

Estados Unidos já têm uma posição hegemônica no cenário internacional (HURRELL, 2006; PECEQUILO, 2008a).

A China é um valioso contraponto para evidenciar as novas ordens que vêm se estabelecendo no sistema internacional na última década. Esse exemplo se torna útil para mostrar que, entre os países tidos como potências emergentes, aqui incluído o Brasil, há uma maior inclinação às estratégias de *soft power* pela distância existente no que se refere ao *hard power* (FLEMES, 2010). Embora esses dois países não possuam poder suficiente para se aproximarem à superpotência EUA, eles podem ser classificados como “potências regionais de nível II” (junto com México, Índia e Nigéria), quando se considera como critério sua influência regional em uma complexa combinação entre posse de *hard* e *soft power*, ao mesmo tempo em que não alcançam os níveis de desenvolvimento social e tecnológico que classificam as “potências regionais de nível I”, como Japão, França, Alemanha e Reino Unido (PECEQUILO, 2008a).

Não existe uma classificação definitiva entre os países, pois há uma grande dificuldade em estabelecer critérios comparativos que sejam precisos e conclusivos. Mas é nítido que o *hard power* ainda tem grande influência no sistema internacional, em especial quando consideramos que os países que buscam interlocução com as potências estabelecidas são aqueles considerados economicamente emergentes. Na previsão traçada no início dos anos 2000 sobre países que ameaçariam a hegemonia do grupo de países mais ricos pelo grupo financeiro Goldman Sachs, assinado por Jim O’Neill, lançou-se o acrônimo BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – para representar o crescimento na representatividade

econômica desses países mundialmente. Com uma participação significativa na produção mundial, cogitava-se a necessidade de que esses países estivessem inseridos nos processos decisórios internacionais (O'NEILL, 2001).

Dois anos depois, o mesmo grupo previa que, para o ano de 2050, os BRICs superariam o poder econômico do chamado G6 – grupo de países mais ricos do mundo naquele período, composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália (WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003). Ainda que nem todas as previsões daquele momento tenham se confirmado, o crescimento econômico desses países, com exceção do Brasil, tem superado as expectativas. Poucos anos depois, em 2007, os quatro países representavam 15% do PIB mundial, sendo que o crescimento da China e da Índia foi quase o dobro, na média anual, das estimativas estabelecidas em 2003 (GOLDMAN SACHS, 2007).

Ainda que fora das previsões do Goldman Sachs, tomando por base o PIB, é possível verificar que o crescimento econômico brasileiro foi bastante significativo no período da presidência de Lula. O PIB nacional quase quadruplicou entre 2003 e 2010, passando de US\$ 555 milhões para US\$ 2,1 trilhões. Nesse período, somente Brasil, China e Rússia viram seu PIB mais que triplicar. Ainda assim, União Europeia e União Europeia têm uma produção bastante destacada, na casa dos US\$ 14 e 16 trilhões, ainda longe da possibilidade de comparação com os BRICs (BANCO MUNDIAL, 2012).

Mesmo com a estimativa de significativo crescimento e ainda maior participação dos BRICs na economia mundial até 2020 sendo novamente renovada (WILSON; KELSON; AHMED, 2010), o despontamento

já existente serviu para que esses países buscassem um maior protagonismo no cenário internacional, especialmente no que se refere a uma participação política mais ativa nos fóruns de organizações intergovernamentais – especialmente na ONU e na OMC. Tais organizações alcançaram relevante importância no século XX, pois foram idealizadas com o princípio de servirem para intermediar as relações entre os Estados, apoiando os menores e moderando a influência dos maiores. Apesar de iniciativas e ações bem sucedidas para esse fim, inúmeros desafios se mantêm, como a maior representatividade dos países fundadores – entre eles o Brasil (AMORIM, 2007) – que não contemplam potências emergentes ou países menores, ou ainda os casos em que os Estados não cumprem os tratados internacionais e tomam decisões que privilegiam sua própria posição. Essas limitações não minaram a importância e a legitimidade dessas organizações, que ainda se caracterizam como o principal foro de relacionamento entre os Estados (PECEQUILO, 2008a).

Apresentadas essas informações, percebemos que o sistema internacional é composto por diversos atores – superpotências, potências de nível I e II, organizações internacionais intergovernamentais e demais Estados menores – que podem ser objeto de maior ou menor prioridade de envolvimento dos países em suas estratégias de política externa. No caso do Brasil, apesar das diferentes tradições diplomáticas dos governos e suas prioridades para relacionamento entre esses atores, historicamente tem se buscado um objetivo comum: a busca pelo desenvolvimento econômico tentando manter certo grau de autonomia política (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Com o fim da Guerra Fria e do estabelecimento dos EUA como superpotência, o início da década de 1990 foi marcada pela tentativa do Brasil em se alinhar com esse país no eixo bilateral-hemisférico, vendo nessa relação a possibilidade de proporcionar maior crescimento econômico e modernização. Nessa prioridade, o país tentava se adequar as novas lógicas no sistema internacional, que incluíam a incorporação de reformas de tendências neoliberais encabeçadas pelos EUA (como privatização, distanciamento do Estado nas questões econômicas, abertura política e econômica e desregulamentação da economia), na expectativa de receber em troca auxílios financeiros e reconhecimento político – o que pouco ocorreu (PECEQUILO, 2008b).

Mas essa direção não foi a única adotada naquele momento pelo governo Collor (1990-1992) e seguida por Itamar Franco (1992-1994) e posteriormente por Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Nesse período já havia uma movimentação para que o país se integrasse ao sistema internacional sem perder sua autonomia (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003), percebendo as tendências da globalização e sua influência para uma lógica global-multilateral. Nela, se efetiva o Mercado Comum do Sul (Mercosul), entre outras ações bilaterais com a Argentina, visando fortalecer a região e o país. Apesar dessas iniciativas parecerem resistentes à influência dos EUA, de fato elas estavam alinhadas ao seu programa neoliberal, ainda que as ações de áreas de comércio deste país com a América do Sul não tenham se efetivado (PECEQUILO, 2008b).

Em resumo, desde a década de 1990 o Brasil busca alcançar uma posição de destaque no cenário internacional, tanto pela manutenção de boas relações com os EUA e com os demais países do hemisfério Norte, como fortalecendo as relações com outros países da América do Sul e, numa tentativa de alcançar liderança regional, mediar os diálogos com as demais potências internacionais. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a agenda se manteve muito semelhante em seus objetivos finais, mas as ações foram diferenciadas em suas táticas, em parte pelo próprio contexto internacional que se modificou (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007; PECEQUILO, 2008b).

A agenda da política externa brasileira e os Megaeventos esportivos no Governo Lula

Para identificar a interpretação dada para a agenda da política externa brasileira, utilizamos como referência dois textos de Celso Amorim, que exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores durante os dois mandatos do governo Lula³. Tais produções nos auxiliam na compreensão dos pressupostos institucionais que balizaram as tomadas de decisões no período, como também seus principais focos. Por exemplo, Amorim (2010) coloca como certo que o sistema internacional tem uma distribuição multipolar, na qual o poder militar pode estar concentrado, mas o poder no sentido mais amplo – de influência em atores e ações – está dissolvido entre um número maior de países. Sendo assim, a comunicação entre países não tem um ponto central

3 Celso Amorim exerceu o mesmo cargo no governo Itamar Franco (1993-1994) (AMORIM, 2010).

a quem se deve dirigir antes de qualquer ação, mas como um “mapa de metrô”, em que existem diversas linhas interconectadas, ainda que alguns pontos e conexões sejam mais importantes que outros (AMORIM, 2010, p. 215).

Nessa maior dispersão, a participação de países em desenvolvimento nas discussões internacionais se torna iminente, ainda que organizações como a ONU não apresentem um processo de democratização consonante com a ordem em evidência (AMORIM, 2007). Por isso, para o ministro, havia um novo “muro”, após o de Berlim, a cair: o muro, fino porém invisível e de queda mais demorada, entre os países do norte e do sul (AMORIM, 2010).

A existência dessa barreira, a percepção que o Brasil deveria ocupar um papel maior nas negociações internacionais e que a diplomacia deve ser o principal caminho para a resolução de conflitos formam a base para as decisões que viriam a ser realizadas nos oito anos daquele governo. Esses três elementos são apontados para justificar as principais decisões no período, desde a diversificação de parceiros comerciais, incluindo países em desenvolvimento para além dos países ricos – o que seria um trunfo posteriormente, com a crise econômica internacional – como também a posição contrária do Brasil à ocupação do Iraque (AMORIM, 2007; 2010). São eles também que estavam consonantes com a proposta de realizar os Jogos Olímpicos no país e na América do Sul pela primeira vez. Se compararmos o sistema internacional com o Movimento Olímpico, perceberemos similaridades sobre as tomadas de decisão e a concentração de poder por alguns Comitês Olímpicos Nacionais, mantendo alguns países na posição de espectadores e outros como protagonistas.

Comparação semelhante, ainda que mais sutil e condizente com o mercado para o qual ela foi apresentada, foi feita pelo presidente Lula no discurso anterior a votação do COI para a cidade sede de 2016, no dia 02 de outubro de 2009:

Acabo de participar da Cúpula do G-20, em Pittsburgh, na qual se desenhou, por consenso, um novo mapa econômico mundial. Esse mapa reconhece a importância de países emergentes como o Brasil no cenário global e, sobretudo, na superação da crise mundial. Tenho o orgulho, como brasileiro, de ter participado desse processo e de ver o Brasil como parte da solução. **A parceria que a candidatura do Rio propõe à família olímpica leva em conta esse novo cenário, no qual nosso país conquistou o seu lugar** (LULA DA SILVA, 2009a, grifos nossos).

A Cúpula do G-20 referida no discurso é o grupo dos 19 países (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Reino Unido e Turquia) mais União Europeia, que representam cerca de 85% do PIB, 75% do comércio e 67% da população mundial (G20, 2014). De acordo com Amorim (2010), o encontro em Pittsburgh (EUA), realizado nos dias 24 e 25 de setembro de 2009, definiu o G-20 como o fórum inicial para discussões macroeconômicas e financeiras, o que, na visão do ministro, substituiu o G-8 – grupo dos sete países anteriormente mais ricos, mais a Rússia, incluída pelo poder militar – que dava sinais de decadência na ordem internacional que se estabelecia (AMORIM, 2010). Assim, nesse extrato do discurso, mais do que expor a presença do Brasil naquele fórum, o presidente Lula finalizou

o discurso “convidando” o COI a considerar e adotar esse novo cenário.

Em discurso anterior, ao anunciar medidas para apoio à candidatura em 2008, o presidente adotou posições semelhantes, quando disse que não se tratava de uma candidatura de “um país terceiro-mundista na busca de um espaço junto aos chamados países desenvolvidos”, reiterando que o Brasil “não é um paizinho qualquer”, já que “em qualquer quesito [...] está entre os 10 maiores países do mundo.” (LULA DA SILVA, 2008, p. 2-6). Na mesma oportunidade, dizia que os Jogos simbolizam a humanidade e seu regulamento não prescreve que eles “são para serem jogados nos países ricos” (LULA DA SILVA, 2008, p. 6).

Assim, percebemos a consonância no discurso entre o presidente Lula e o ministro Amorim, mesmo quando os temas são bastante distintos na sua finalidade mas tem em comum o cenário internacional e a postura do Brasil nele. O discurso do presidente reforça ainda nossa hipótese quando dados econômicos, de investimentos já realizados e a realizar, estão escritos e são lidos durante a cerimônia. Quando o presidente diz que deixará de ler o discurso para “falar umas palavras sobre os objetivos concretos do que estamos fazendo aqui” (LULA DA SILVA, 2008, p. 4), ele passa a discutir sobre como a escolha da cidade-sede é política, como terceiros, dentro e fora do país, colocam dificuldades na organização de grandes eventos esportivos (faz-se referência à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Pan-americanos de 2007) enquanto deveriam ser mais otimistas sobre o país. Embora os dados apresentados fossem, *a priori*, o que há de “concreto” em sua fala, a virada no discurso, representada pela citação, indica que os elementos seguintes é que têm mais importância naquele processo.

Retomando as informações elencadas pelo ministro Celso Amorim, outros pressupostos da política externa brasileira podem ser ressaltados para compreensão do envolvimento do governo brasileiro com o Rio 2016.

Amorim (2010) salienta a atuação solidária do governo brasileiro com países mais pobres e em situação vulnerável, através da doação de auxílio em situação de emergência ou na liderança da missão militar de paz da ONU no Haiti, e de projetos de cooperação técnica, em que se salientava a atuação, em especial, nos países africanos para tratamento do HIV/AIDS, malária e tuberculose. Em 2007, o país participava de 10 das 18 missões de paz da ONU (AMORIM, 2007).

No início da participação da missão militar no Haiti, o presidente Lula solicitou à Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que a seleção nacional participasse de uma partida amistosa contra a seleção local. Mais que jogar futebol, os jogadores desfilaram em tanques da missão de paz da ONU. Essa iniciativa, simbólica, demonstra uma articulação política e o uso do futebol, em toda sua representação social, que viria a se tornar o ponto de partida para a criação de uma coordenação em intercâmbio e cooperação em esporte dentro do Ministério das Relações Exteriores (RESENDE, 2010).

Outro ponto relevante é o aumento no número de representações diplomáticas (embaixadas, consulados, missões diplomáticas e escritório diplomático) pelo mundo, com crescimento para as regiões como América Latina e Caribe (área que possui 100% de representação), África, Ásia e Oriente Médio. Não só os postos diplomáticos, mas também parcerias bilaterais e participação como convidado em

encontros regionais de países proporcionaram relevante crescimento da participação do Brasil nessas áreas (AMORIM, 2010). Esses postos diplomáticos receberam a instrução de mencionar e buscar apoio para a candidatura brasileira aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 em todos os eventos oficiais nos países com representação, sendo que com alguns deles foram estabelecidas parcerias ou acordos de cooperação para troca de conhecimento relacionados aos megaeventos esportivos, como também na “exportação” de programas esportivos brasileiros (RESENDE, 2010).

Vale ressaltar ainda que, nas palavras do ministro Amorim (2007; 2010), a integração com a América do Sul era a prioridade principal da política externa brasileira. Tal visão se dá na percepção que a influência do país no cenário internacional é fortalecida quando há uma cooperação com/dos demais países sul-americanos, o que gera maior estabilidade e desenvolvimento na região. Para o Brasil, o benefício econômico é bastante relevante, já que os países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai) superavam os Estados Unidos no montante do comércio exterior (AMORIM, 2010). Nessa lógica em que o Brasil se coloca como liderança regional, observamos que um dos cinco elementos estratégicos da Candidatura Rio 2016 era de se estabelecer como liderança sul-americana esportiva (COMITÊ DE CANDIDATURA, 2009).

Importante estratégia, semelhante às propostas anteriores, foi a chamada cooperação sul-sul, ou seja, com países em desenvolvimento de outras regiões do globo. Com a ideia de cooperação com os países mais pobres visando maior participação nos assuntos mundiais, no governo Lula a primeira ação foi um encontro com

representantes da África do Sul e Índia, formando a IBAS. Na arrecadação conjunta de fundos entre esses três países, Celso Amorim cita diversas ações em diferentes países, que inclui a construção de uma instalação esportiva na Palestina em 2009. Com o exemplo de integração da IBAS, o país buscou também a institucionalização da relação com os demais países no acrônimo BRIC (AMORIM, 2010).

Para Amorim (2010), a presença internacional do Brasil passou a ser mais respeitada pelo conjunto de crescimento econômico, estabelecimento da democracia, políticas sociais e pelas ações de política externa. Nessa conjunção, o ministro utilizou a mesma noção de superação do “complexo de vira-latas” que o presidente Lula mobilizou na entrevista coletiva após a eleição do Rio de Janeiro para 2016 (LULA DA SILVA, 2009b). A mobilização dessa ideia, presente no imaginário nacional, não deve ser entendida como coincidência, mas como uma clara percepção das pessoas envolvidas na política externa brasileira que essa noção já deveria ser superada, por não condizer com a posição do país no sistema internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto em que a realização de eventos esportivos passa a ser objeto de disputa entre países e que, no caso dos países “eleitos”, é um espelho, uma lente ou um simulacro para a exibição internacional, os subsídios fornecidos pela Política Externa se tornam extremamente úteis para aqueles interessados em decifrar parte dos interesses e das ferramentas que os países podem se utilizar. Se essa área não vinha sido alvo de interesse pelos estudiosos em política e

esporte no Brasil, o recente cenário voltado aos grandes e megaeventos esportivos demonstra que esses conhecimentos precisam passar a ser incorporados.

Nesse propósito, um primeiro passo é o de perceber o sistema internacional em suas principais interações e organizações ou forças, que tem nos Estados um importante elemento, mas não se restringe a eles. As próprias instituições esportivas internacionais representam uma força nesse sistema que têm ganhado destaque a partir do momento em que possibilitam a visibilidade e o alcance internacional, em uma exibição senão exclusiva, muito particular e de distinto poder de difusão. Sendo assim, as Relações Internacionais e os megaeventos esportivos convergem para uma infinidade de possibilidades na compreensão do interesse de países em sediar tais eventos. Mais do que as alternativas tradicionais de mostrar o poder econômico, o *hard power*, a realização de tais eventos possibilitam enviar mensagens mais sutis e amigáveis que tendem a afetar as percepções das pessoas e das empresas, gerando interesse em turismo e investimentos. Tal estratégia se coloca como a opção mais evidente para os países emergentes que buscam se posicionar como potências, considerando a grande desigualdade já demarcada no cenário internacional com a liderança dos Estados Unidos em *hard power*. Não por acaso, percebe-se o interesse de países como a China, Rússia, Brasil e Índia em sediar os megaeventos esportivos, ainda que esse interesse também esteja presente em outras potências como o Reino Unido e o Japão. É importante ressaltar que a tentativa de acúmulo de *soft power* não é restrita às tentativas de sediar megaeventos esportivos, mas vem acompanhada de diversas ações

em outras áreas, da mesma forma em que a tentativa de sediá-los não tem como único objetivo tal acúmulo. Sobre esse ponto, é preciso considerar ainda o interesse em acúmulo financeiro de determinados setores sociais através de negócios, que igualmente deve ser objeto de atenção dos pesquisadores em políticas, no seu sentido mais amplo. Em resumo, cada caso de cidade/país sede deve ser analisado individualmente e as motivações ou interesses são compostos por diversas razões, que incluem os cenários nacional e internacional, bem como os interesses e motivações das instituições esportivas, que também devem ser analisadas.

Considerando o recorte dessa proposta, no caso brasileiro, uma revisão sobre as principais ações do Itamaraty durante o governo Lula aponta para a inclinação do país a uma posição de desafiante das posições do sistema internacional. Houve uma iniciativa de mobilização de países considerados emergentes para garantir voz e poder decisório nos fóruns internacionais que foi relativamente bem sucedida ao, no mínimo, deixar claro o interesse em aumentar o número de países que participam dos processos de decisão. Obviamente que a inclusão de alguns países nesses processos tem estreita relação com seus poderios econômicos e, principalmente, o potencial de crescimento que se apresentava na década. Se a conquista de uma posição entre as lideranças mundiais não seria resultado de uma ação unidirecional, o país atuou para aumentar o número de postos diplomáticos e em parcerias com outros países, especialmente na América Latina, Caribe, África, Ásia e Oriente Médio, além de se colocar de uma forma mais atuante nas iniciativas de paz da ONU. Essas mobilizações são marcas de uma movimentação

mais evidente para ganhar apoio em causas maiores nos fóruns internacionais. Em outras palavras, as iniciativas diplomáticas do país visavam conquistar uma posição de liderança e representatividade entre os países que tradicionalmente eram excluídos. Se economicamente a concorrência com Estados Unidos, União Europeia e China está muito distante, outras maneiras de conquista de poder estão em jogo e o Brasil tenta se colocar como protagonista.

Ao pensar as candidaturas do país – ou mais especificamente o apoio do governo federal à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e a candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 – é perceber o contexto da Política Externa brasileira e colocá-la como um pano de fundo, para compreender os discursos e as iniciativas nesse fim. Assim se contextualiza a fala do presidente Lula, em que a Copa do Mundo FIFA seria uma oportunidade do país demonstrar sua capacidade (GLOBO-ESPORTE, 2007), assim como nos extratos de discurso mobilizados nesse artigo, entre outros, para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Essas análises podem ser estendidas para, por exemplo, a proposta que o Rio 2016 sejam os jogos da América do Sul e a iniciativa do Brasil adquirir essa liderança regional também em outros aspectos. Outro elemento que é bastante convidativo para futuras pesquisas são os riscos que tornar-se sede traz consigo, com anos de dúvida sobre as reais capacidades do país no período de preparação que pode ter um efeito inverso àquele positivo esperado num público internacional. Ou ainda a possibilidade que a imagem de um país sequer se modifique internacionalmente – como alguns dados indicam sobre Pequim 2008 (ver MANZENREITER, 2010) – o que

poderia tornar os megaeventos esportivos uma pirita, o “ouro-dos-tolos” para governos de países emergentes.

Essas possibilidades são apenas alguns dos convites que vão além dos limites investigativos da presente exposição. Esperamos ter contribuído com os subsídios teóricos e alguns exemplos evidentes na realidade brasileira para incentivar o desenvolvimento dos estudos de Relações Internacionais e Política Externa em consonância com os estudos do esporte, especialmente – mas não limitado – aos megaeventos esportivos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Revista Movimento**, v. 16, n. 4, 2010.
- AMORIM, Celso. **A diplomacia multilateral do Brasil: um tributo a Rui Barbosa**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.
- _____. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. esp., pp. 214–240, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 13 mar. 2014.
- _____. **Ministério do Esporte – Histórico**. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/historico>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

- BREWSTER, Keith; BREWSTER, Claire. The Rank Outsider: Mexico City's Bid for the 1968 Olympic Games. **The International Journal of the History of Sport**, v. 26, n. 6, pp. 748-763, 2009.
- COMITÊ DE CANDIDATURA. Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, v. 1. Rio de Janeiro: Comitê de Candidatura, 2009.
- FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, pp. 141-156, 2010.
- FIFA. Brasil confirmado como país-sede em 2014. Notícias, Zurich, 30 out. 2007. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/worldcup/news/newsid=1170092/index.html>>. Acesso em: 13 mar. 2014.
- G20. About G20. Disponível em: <https://www.g20.org/about_G20> Acesso em: 16 jan. 2014.
- GLOBOESPORTE. Oficial! A Copa do Mundo é nossa. Rio de Janeiro, 30 out. 2007. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL163196-9790,00.html>>. Acesso em: 14 mar. 2014.
- GOLDMAN SACHS. **BRICs and beyond**. Goldman Sachs Global Economics Group, 2007. 268 p.
- HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? **International Affairs**, v. 82, n. 1, pp. 1-19, 2006.
- INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. Rio de Janeiro elected as the 2016 Host City. **Press releases**, 02 out. 2009. Disponível em: <<http://www.olympic.org/content/news/media-resources/manual-news/1999-2009/20091/10/02/rio-de-janeiro-elected-as-host-city-for-2016/>>. Acesso em: 13 mar. 2014.
- LEE, Mike. **The race for the 2012 Olympics: the inside story of how London won the bid**. London: Virgin, 2006.
- LEEDS, Michael A; MIRIKITANI, John M; TANG, Danna. Rational Exuberance? An Event Analysis of the 2008 Olympics Announcement. **International Journal of Sport Finance**, v. 4, n. 1, pp. 5-15, 2009.
- LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso durante a solenidade de anúncio de medidas de apoio à candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Rio de Janeiro-RJ, 23 jun. 2008.
- _____. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de apresentação da Candidatura Rio 2016 ao Comitê Olímpico Internacional (COI). Copenhagen, Dinamarca, 02 out. 2009a.
- _____. Entrevista coletiva pelo presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, após o anúncio da escolha da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Copenhagen, Dinamarca, 02 out. 2009b.
- MANZENREITER, Wolfram. The Beijing Games in the Western Imagination of China: The weak power of soft power. **Journal of Sport and Social issues**, v. 34 n. 1, pp. 29-48, 2010.
- NYE, Joseph S. *Soft power: the means to succeed in world politics*. New York: PublicAffairs, 2004.
- _____. Public diplomacy and soft power. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, pp. 94-109, 2008.
- O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs**. Goldman Sachs Global Economics, n. 66, 2001.

- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais**: temas, atores e visões. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a.
- _____. A Política Externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, pp. 136-153, 2008b.
- RESENDE, Carlos. O esporte na Política externa do Governo Lula: o importante é competir? *Meridiano 47*, n. 11, v. 122, pp. 35-41, 2010.
- SEH-JIK, Park. **The Seoul Olympics: the inside story**. London: Bellew Publishing, 1991.
- STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. **Tese** (Doutorado em Educação Física). 422 p. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2011.
- TAGSOLD, Christian. Modernity, Space and National Representation at the Tokyo Olympics 1964. **Urban History**, v. 37, n. 02, pp. 289-300, 2010.
- THEODORAKI, Eleni. Expressions of national identity through impact assessments of the Athens 2004 Olympic Games. In: DINE, Philip; CROSSON, Seán. **Sport, representation and evolving identities in Europe**. Bern: International Academic Publishers, 2010.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, pp. 273-335, 2007.
- VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, pp. 31-61, 2003.
- WAITT, Gordon. Social Impacts of the Sydney Olympics. **Annals of Tourism Research**, v. 30, n. 1, pp. 194-215, 2003.
- WILSON, Ernest. Hard power, soft power, smart power. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, pp. 110-124, 2008.
- WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. **Dreaming with BRICs: the path to 2050**. Global Economics, n. 99. Goldman Sachs, 2003.
- WILSON, Dominic; KELSTON, Alex L.; AHMED, Swarnali. Is this the 'BRICs decade'? **BRICs Monthly**, v. 10, n. 3, Goldman Sachs Global Economics, Commodities and Strategy Research. 20 mai. 2010.

BRAZIL AND THE SPORT MEGA-EVENTS: the subsidies from Foreign Policy

ABSTRACT

The context of hosting sport hallmark events and mega-events in Brazil points to the necessity of expanding the notion of politics that would subsidize debates and analysis. Particularly, we understand that the Foreign Policy might aggregate concepts and understandings to study the sport mega-events, considering its international character. Therefore, we described the international system in the 21st century to contextualize the Brazilian Foreign Policy agenda during the Lula government. Then, we relate this agenda to the 2016 Olympic and Paralympics bid. This process opens the possibilities and interpretations for the studies that aim to analyze the government involvement in these events.

Key-words: Brazil; Sport; Events; Foreign Policy.

Recebido em: março/2014

Aprovado em: maio/2014